

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SANDRO RIVELLES

**POLICIAIS MILITARES
CUMPRINDO SUAS VERDADEIRAS FUNÇÕES**

**RIO NEGRO – PR
2011**

SANDRO RIVELLES

**POLICIAIS MILITARES
CUMPRINDO SUAS VERDADEIRAS FUNÇÕES**

PROJETO TÉCNICO apresentado à
Universidade Federal do Paraná para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública.

Orientador: Prof. **Edelvino Razzolini
Filho**

**RIO NEGRO – PR
2011**

RESUMO

Este projeto técnico foi elaborado com o fito de discutir o desvio de função que existente na área de segurança pública, mais projetado à Polícia Militar, no caso aqui relacionado a Polícia Militar de Santa Catarina, que diante de um quadro crescente de violência, em todo território Brasileiro, procura-se descobrir as causas e as possíveis soluções, onde se sabe que a prevenção é o melhor método, onde a Polícia Militar tem parte importante bem como um dos seus deveres que é a preservação e manutenção da ordem pública, onde esta função está a cada ano se deteriorando cada vez mais, onde não se consegue manter um efetivo adequado, por falta de concursos e no caso que será exposto aqui, o desvio de função, sendo identificado as diversas atividades executadas que abrange as funções destinadas a Polícia Militar, os locais onde existe a atuação de policiais, que poderia ser realizado por outros funcionários com qualificação específica para aquela atividade ou criados cargos destinados, para realizar tais funções.

Palavras—chaves: Desvio de função, Segurança Pública

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Apresentação/Problemática	6
1.2 Objetivo Geral do Trabalho	7
1.3 Justificativas do objetivo	7
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	8
2.1 INTRODUÇÃO	8
2.2 DESCRIÇÃO	10
1.2.1 Emergência 190.....	10
1.2.2 Policiamento Ostensivo a Pé.....	10
1.2.3 Policiamento Motorizado de Motocicleta	10
1.2.4 Policiamento com cães.....	10
1.2.5 Operações de radio patrulhamento aéreo	11
1.2.6 Policiamento de Proteção Ambiental	11
1.2.7 Policiamento Rodoviário	11
1.2.8 Policiamento em Praias	11
1.2.9 Policiamento Montado	11
1.2.10 Operações Policiais Especiais.....	12
1.2.11 Bike Patrulha	12
1.2.12 Policiamento Ostensivo de Trânsito	13
3. METODOLOGIA	14
4. A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA	15
POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA.....	15
4.1 Descrição Geral.....	15
4.2 Diagnósticos da situação-problema.....	15
5. PROPOSTA	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 RESULTADO DO ULTIMO CONCURSO PUBLICO PARA POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA 2011	18
--	-----------

POLICIAIS MILITARES CUMPRINDO SUAS VERDADEIRAS FUNÇÕES

1. INTRODUÇÃO:

1.1 Apresentação/Problemática:

A Falta de Contingente na Policia Militar é de conhecimento geral da população, através da mídia ou por ser vitima direta da violência que a Policia Militar possui um enorme déficit em seu efetivo, a exemplo disto, temos o Estado de Santa Catarina que atualmente possui mais ou menos 12 mil Policiais Militares para prestar segurança pública para quase 6 milhões de habitantes (um PM para cada 2 mil habitantes, a ONU recomenda um para cada 250) a duvida é como que chegamos a tal situação? Não houve planejamento?

Para se ter uma idéia da gravidade da situação basta dizer; que o atual efetivo da Policia Militar de Santa Catarina é menor que aquele que a instituição possuía na década de 80, ou seja, de lá para cá a população quase que dobrou e o efetivo diminui, paralelo a tudo isso ocorre que a situação fica mais grave ainda, na medida em que se tenta resolver a questão, abrindo-se novas vagas (o que é o correto) e constata-se que, a despeito da grande oferta, o número de interessados é pífio a ponto de não conseguirmos preencher sequer o número de vagas disponibilizadas. E para tornar péssimo o que já é ruim, é de conhecimento público que cerca de 700 Policiais se aposentam todos os anos. Os números do último concurso demonstram a falta de interesse ou mesmo de qualificação, já que esta sendo exigido nível superior, onde não se consegue preencher o numero de vagas, sendo necessária uma segunda chamada, deixando o critério da media mínima em segundo plano.

Diante do quadro apresentado o comando usa de outros meios para tentar solucionar o problema da falta de segurança pública, fechando postos da Policia Militar, enquanto isso se propaga os assaltos, furtos, seqüestros, tráfico de drogas e todo tipo de violência que vem proliferando exponencialmente, aproveitando o vácuo deixado em nossas ruas pelas forças de segurança pública.

Será discutido neste projeto um dos problemas mais grave que não esta se levando em conta na discussão da segurança publica que é o desvio de função por parte de vários integrantes da Policia Militar, que cumpri expediente em órgão do

governo, realizando tarefas, que não são relevantes, que poderiam ser cumpridas por empresas terceirizadas, sem a necessidade de um grande investimento o qual é empregado para a formação de um Policial Militar.

1.2 Objetivos Gerais do Trabalho:

O objetivo principal é apontar uma falha que ocorre em diversos setores publico, em especifico na área da segurança publica que apresenta um quadro de déficit de integrante muito grande, que o único recurso para remediar tal situação, é abertura de novos concursos, que como será apresentado, não esta chegando ao resultado prometido pela administração publica, que está sendo deixada de lado uma realidade, que poderia sim representar uma solução de imediato, para a falta de policiais nas ruas, a utilização destes policiais, para realizarem serviços nos interiores de repartições publicas como vigilantes de prédios públicos, ajudantes-de-ordens de autoridades, motoristas e assessores, em diversas repartições publicas como; Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas, entre outros.

1.3 Justificativas do objetivo:

A população em geral, não tem consciência da gravidade da falta de efetivo na área da segurança publica como Policial Militar, já fui cobrado diversas vezes pela demora no atendimento das ocorrências, e quando informamos que estávamos empenhados em outra ocorrência e que no momento não tinha outra guarnição para atendê-lo, motivo da falta de efetivo, em geral o cidadão que esta ali necessitando do apoio de um órgão publico que tem como meta “servir e proteger”, ouvindo a propaganda da administração publica, onde seus representantes públicos, afirma que foram colocados mais inúmeros policiais nas ruas, após abertura de novos concursos públicos, com custos estimados em tais valores, valores estes arrecadados através de recursos, recolhidos de impostos pagos pela população em geral, com encargos diversos em mercadorias e serviço, usando de meios de comunicação diversos dando uma proporcionalidade gigantesca a esta noticia e agora tem ali em sua frente um soldado, afirmando que não tem efetivo para atender suas necessidades de imediato, vem uma frase bem familiar, para quem atende diretamente a população; “Isto é um absurdo”, por mais que seja divulgada através da mídia, a população tem uma carência ou necessidade em acreditar nos Políticos,

tanto é verdade, que por mais denuncia que exista contra um Político na mídia, este acaba revertendo à situação sem a necessidade de provar sua inocência, fazendo afirmação; “é tudo perseguição política” e outras sem fundamento nenhum e a população tem a se deixar levar pelo carisma e por promessas, não dando a devida importância, para a falta de agente da segurança pública, realizando suas verdadeiras funções.

2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA:

2.1 Introdução:

São denominadas polícias militares no Brasil as forças de segurança pública de cada uma das unidades federativas que têm por função primordial a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública nos Estados brasileiros e no Distrito Federal (artigo 144, da Constituição Federal do Brasil de 1988). Subordinam-se, juntamente com as polícias civis estaduais, aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal (art. 144 § 6º da Constituição Federal de 1988). São forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro e integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro. Seus integrantes são chamados de militares dos Estados (artigo 42 da CRFB), assim como os membros dos Corpos de Bombeiros Militares. Cada Polícia Militar estadual é comandada por um oficial superior do posto de Coronel, chamado de Comandante-Geral.

A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), órgão da administração direta do Governo do Estado de Santa Catarina, é uma instituição prestadora de serviços públicos na área de segurança pública, tendo como jurisdição a totalidade do território catarinense.

Criada por Feliciano Nunes Pires, então Presidente da Província de Santa Catarina, através da Lei Provincial Nº 12, de 05 de Maio de 1835, a “FORÇA POLICIAL”, denominação que lhe foi conferida na época, substituiu os ineficazes Corpos de Guardas Municipais Voluntários, então existentes, com a missão de manter a ordem e a tranquilidade públicas e atender às requisições de autoridades judiciárias e policiais. Sua área de atuação ficava restrita à vila de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e distritos vizinhos.

O Regulamento da Força Policial, aprovado em 1836, só veio ratificar a missão acima citada, outorgando-lhe a missão ampla e complexa de atender desde incêndios até a prisão de infratores das posturas municipais. Essa foi, durante muitos anos, a principal missão da Força Policial.

Porém, durante o período Imperial, o Brasil se viu envolvido em inúmeras contendas internas e externas, tais como a Guerra dos Farrapos e a Guerra do Paraguai, para citar apenas as que atingiram mais diretamente o Estado de Santa Catarina.

Durante esses eventos, a Força Policial atuou em conjunto com o Exército Brasileiro (EB), quer seja repelindo as agressões externas, quer seja para defender a unidade pátria, tendo contribuído em muito para a definição e defesa dos limites territoriais tanto do Brasil quanto do Estado. Assim sendo, além da preocupação com a segurança pública, a Força Policial passava a atuar também no campo da Defesa Interna e Segurança Nacional.

Em 1916, recebe a denominação de FORÇA PÚBLICA (Lei Nº 1.137, de 30 de Setembro) e em 1917 passa a ser considerada, através de acordo firmado entre a União e o Estado, força reserva do Exército de 1ª Linha.

Em 10 de Janeiro de 1934 novo acordo entre a União e o Estado eleva a Força Pública à categoria de força auxiliar do Exército Brasileiro. Nesse mesmo ano, a Constituição Federal também passa a considerar as Forças Públicas como sendo Auxiliares do Exército, conferindo-lhes assim, “status” constitucional.

Em 1946, a Constituição Federal altera a denominação para POLÍCIA MILITAR, descrevendo como missão a segurança interna e a manutenção da ordem. Prevê ainda que a União legislará sobre a organização, instrução, justiça e garantias das PM.

Em 1967, a Constituição Federal prevê que a União passará a controlar também o efetivo das PM, criando a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). Orienta ainda que as PM devam voltar-se às atividades policiais.

Em 1988, a Constituição Federal prevê como missão da PM, em seu artigo 144: *“a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todo, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ...”*.

Cita ainda a Constituição de 1988 como competência da PM, em seu artigo 144, § 5º: *“Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem*

pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”.

2.2 Descrição:

Como já foi definido é função da Polícia Militar a prevenção e a manutenção, as formas com as atividades são executadas são diversas, como serão apresentado abaixo.

2.2.1 Emergência 190

O serviço Emergência 190 é baseado nos Centros de Operações Policiais Militares (Copom) para onde convergem os chamados aos números 190 (Polícia Militar), 192 (Samu) e Bombeiros (193), destinado ao atendimento da população nas situações de emergência. No caso Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, o “Serviço de Emergência 190” é suportado por uma Central Regional de Emergência, denominada “CRE”. Esta central recebe uma demanda significativa por informações e prestação de serviços emergenciais que requerem rapidez e qualidade na prestação de serviços. Entretanto, são impostos inúmeros desafios ao Serviço de Emergência 190, por um lado, pela tecnologia que está em constante desenvolvimento e, por outro lado, por limitações das pessoas envolvidas – usuários e prestadores do serviço

2.2.2 Policiamento Ostensivo a Pé

O policiamento ostensivo é a atividade de manutenção da Ordem pública, em cujo emprego o homem ou fração de tropa é identificado pela farda, equipamento ou viatura.

2.2.3 Policiamento Motorizado de Motocicleta

Interligadas ao Centro de Operações através de radiocomunicação, as patrulhas motorizadas respondem pelo atendimento da maior parte das ocorrências policiais.

2.2.4 Policiamento com cães

O emprego de cães em suplementação ao policiamento a pé oferece as seguintes vantagens:

- Redução do efetivo empregado;

- Maior eficiência da tropa;
- Influência Psicológica;
- Segurança do Policial, principalmente na execução de abordagens e buscas pessoais.

2.2.5 Operações de radio patrulhamento aéreo

Desempenhadas pelo Batalhão de Aviação Policial Militar (BAPM) - originado do antigo Grupo de Radio patrulhamento Aéreo (Graer) - consistem em missões de apoio às operações típicas de polícia ostensiva, bem como em operações de extinção de fogo florestal com equipamento de lançamento de água e socorros de urgência. Para isso conta efetivo denominado TOM-M - Tripulante Operacional Multimissão. O BAPM possui helicópteros e aviões baseados em Florianópolis e Joinville e está apto para atender chamados em todo o Estado.

2.2.6 Policiamento de Proteção Ambiental

Neste terreno, a Polícia Militar também se faz presente através de suas Unidades de Proteção Ambiental.

Em Santa Catarina, a Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental, é a Organização Policial Militar responsável pela fiscalização da flora, fauna, mineração, poluição e agrotóxicos, atuando em todo o território catarinense, através de Pelotões destacados, situados em áreas estratégicas do território catarinense.

2.2.7 Policiamento Rodoviário

O Policiamento Rodoviário tem como missão fiscalizar, orientar e coordenar o trânsito em todos os sentidos, prevenindo e reprimindo os atos relacionados à segurança pública, proporcionando conforto e comodidade ao usuário da rodovia. É desenvolvido pelo Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.

2.2.8 Policiamento em Praias

A cada início de temporada, nos meses de dezembro, a Polícia Militar de Santa Catarina deflagra a "Operação Veraneio", que mobiliza em todo o Estado enormes contingentes de policiais, visando intensificar as ações de segurança pública nas cidades e nas praias.

2.2.9 Policiamento Montado

O Policiamento Montado é uma variação de aplicação do policiamento ostensivo geral, já que o seu diferencial está no emprego do cavalo como meio de locomoção. É, sem dúvidas, o mais tradicional em todas as instituições policiais, pois o homem e o cavalo têm uma história de convivência milenar.

Utilizando o cavalo como meio de locomoção, o policial, nas atividades de polícia geral, pode executar patrulhamento, permanência em determinado ponto-base, realizar diligências e escoltas, bem como dar apoio operacional às tropas a pé. Um dos destaques para o emprego do cavalo é sua ilimitação quanto ao tipo de terreno e lugar de emprego, pois mesmo em locais inóspitos e de difícil acesso ele possibilita grande mobilidade, flexibilidade, rapidez de ação, grande raio de atuação e facilidade de comando. Além destes aspectos, soma-se o grande poder de relacionamento que o cavalo tem com a comunidade, pela atração natural, principalmente de crianças, em relação ao animal, o emprego de Policiamento Montado é utilizado em suplementação ao policiamento a pé em:

- Policiamento em Estádios de Futebol,
- Operação Veraneio,
- Shows Carnaval (Operação Alegria).

2.2.10 Operações Policiais Especiais

São as atividades desempenhadas pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e pelos Pelotões de Patrulhamento Tático (PPT) - atual denominação aos antigos Grupos de Resposta Tática (GRT). Essas unidades e frações de tropa têm como missão de desenvolver ações e operações táticas para o recobrimento nas situações emergentes no campo da segurança pública. Ao Bope está subordinada a Companhia de Operações Especiais (COE), força de manobra do Comando Geral para emprego em todo Estado. Está permanentemente em condições de atuar preventivamente e/ou repressivamente. Atua após ter esgotado todos os meios disponíveis para solução do fato delituoso, obedecendo a escalada de força, em ocorrências que exijam homem e equipamento técnico especializado.

2.2.11 Bike Patrulha

A agilidade nos atendimentos é um dos grandes diferenciais da bike-patrulha. Os policiais passam por um intenso curso de formação, onde são avaliadas a aptidão física e a saúde do profissional, além do treinamento em técnicas de patrulhamento ostensivo, primeiros socorros e noções de turismo para auxiliar os visitantes da cidade.

Os policiais ciclistas atuam no atendimento de acidentes de trânsito, combate ao uso de drogas e pequenos furtos que ocorrem na região central. Uma

comparação feita entre carro e bicicleta apontou que a mobilidade da “Bicicleta” é muito maior.

2.2.12 Policiamentos Ostensivo de Trânsito

O policiamento ostensivo de trânsito abrange também ações de orientação do tráfego, atendimento e socorro em acidentes, remoção, retenção e apreensão de veículos em situação irregular, fiscalização de documentos de porte obrigatório, atuação por infração de trânsito e participação em campanhas educativas.

Todas essas atividades vêm sendo realizados pela polícia militar, praticamente desde o início de suas funções no estado, sendo atribuído mais um função desde 1998, onde foi implantado no Estado o projeto da Proerd que é um Programa essencialmente preventivo, precede as ações de repressão ao uso e tráfico de drogas, e à contenção de todas as formas de violência e em todos os seus aspectos (físicos/psicológicos) e, como tal, tem como finalidade evitar que crianças, adolescentes em fase escolar iniciem o uso das diversas drogas existentes em nosso meio, despertando-lhes a consciência para este problema e também para a questão da violência, assim como preparar os pais no intuito de oferecer sustentação aos seus filhos acerca do problema, para tanto é necessário adequação e instrução de policiais para dar aulas.

3. METODOLOGIA:

A melhor forma de se manter as aparências é desviar a atenção e dar a entender que esta tudo bem, vou explicar, para se realizar um trabalho é necessário ter conhecimento do assunto, o qual eu possuo já que sou integrante da Policia Militar a quase 18 anos e dados para fundamentar minhas alegações, dados este que poderia ser fornecido sem quaisquer problemas por uma empresa particular, como por exemplos, local e setores e números de funcionários trabalham em uma empresa, mais o casa não se aplica aqui, pois o assunto aqui se refere a órgão publico, mais específica a Policia Militar de Santa Catarina, onde apesar de manter um rigoroso controle de sua estrutura pessoal e material, não disponibiliza estas informações, afirmando que por motivo de segurança, o que não é o caso, pois nada implicaria ao sigilo interno, informa o numero de Policiais que estão disponibilizados ao órgão Públicos, ou ao numero que executam funções burocráticas no interior dos quartéis.

Diante da falta de informação interna, a pesquisa ficou mais voltada ao que esta disponibilizada na internet, pois este assunto já foi alvo de varias reportagem e assunto de algum comentarista e reportagem visando a divulgar a realizações políticas

4. A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA: POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA

4.1 - Descrição geral:

As Polícias Militares do Brasil são organizações estatais de direito público e têm objetivos definidos em lei, que a orientam e se constituem na sua razão de ser. Esses objetivos são as suas finalidades e competências, expressas na legislação específica e na legislação peculiar.

A Polícia Militar de Santa Catarina, órgão da administração direta do Governo do Estado, é uma instituição prestadora de serviços públicos na área de segurança pública, tendo como jurisdição a totalidade do território catarinense.

4.2 - Diagnóstico da situação-problema:

Foi noticiado que o governador de Santa Catarina Sr. Raimundo Colombo determinou ao comandante-geral da Polícia Militar, um levantamento do número de Policiais Militares em desvio de função, com o propósito de regularizar a situação destes policiais, sendo que assessoria militar em repartições públicas é assegurada pela Constituição Federal. Porém, a Constituição não determina a quantidade do efetivo nos gabinetes onde na assembléia Legislativa, por exemplo, há 75 Policiais Militares, um numero maior superior ao efetivo de muitas cidades.

O efetivo total da Polícia Militar para dar segurança em todo o Estado não ultrapassa a 14 mil. Na opinião do comandante-geral, seriam necessários pelo menos 20 mil homens. Oficiais comparam a determinação do governador com “areia movediça”. E lembram que governos anteriores tentaram transferir Policiais Militares de gabinetes para as ruas, mas não conseguiram.

Um estudo na Capital de Santa Catarina em novembro de 2010, em Florianópolis há 13,1% do efetivo ideal. Na cidade vizinha, o índice consegue ser menor, 11,8, a relação com os assaltos parece fórmula de física. O número de roubos cresce de forma inversamente proporcional. Alcançaram 38% em Florianópolis e 74% em São José, na comparação entre agosto e outubro de 2010 frente ao mesmo período do ano passado, os números mostram a estagnação do efetivo da Polícia Militar, especialmente na última década. E também expõem alguns dados curiosos, como este: o número de PMs envolvidos na segurança do Palácio da Agrônômica (160) é praticamente o mesmo que todo o efetivo de rua de

Florianópolis e São José (161). Os comandantes de batalhões não dão entrevistas, mas em conversas admitem que têm trabalhado no limite há anos. Os concursos realizados são suficientes apenas para repor as aposentadorias, que giram em torno de 600 por ano.

Quando o atendente do Centro de Operação da Polícia Militar abre um chamado e não tem quem mandar adiciona o código D-307 à ocorrência. No primeiro semestre de 2008, o código foi usado 1.516 vezes, mesmo período deste ano o salto foi para 9 648, aumento de 636,4%, onde com a falta de pessoal leva a Polícia Militar escolher qual crime atender sendo que o critério adotado seria a gravidade do delito cometido

Medidas paliativas foram criadas como abertura de concurso publico para Agentes Temporários, onde a um investimento do estado para abertura de poucas vagas, para minimizar por um tempo determinado a falta de contingentes, mais se o problema não é temporário porque contratação temporária, outra foi abrir oportunidade para os policiais militares aposentados, para retornar a atividades, sendo empregados em presídios, fórum e repartições diversas, onde muito não havia o emprego de Policiais Militares, de pouco resultando, no restabelecimento das funções da maioria dos Policiais, que ainda estão em situação irregular, como descrevido em desvio de função.

Diante de um quadro grave de falta de efetivo, impões escalas de serviços, sem a remuneração devida das horas extras cumpridas, e colocando o Policial em risco, trabalhando sozinho a exemplo o que ocorre na chamada Operação Veraneio, onde o estado divulga suas riquezas turísticas enfatizando a segurança publica, não expondo que para garantir a segurança necessária às praias catarinenses, o Comando da Polícia Militar está submetendo os Policiais Militares a trabalharem até 12 horas a pé, em ronda ostensiva e outras escalas mais desgastantes estão sendo praticadas principalmente nas principais cidades do litoral como Balneário Camboriú, Navegantes e arredores, onde todos os anos são divulgados para imprensa, os locais; municípios, zonas balneárias e estâncias hidrominerais e o reforçar do efetivo em todo o litoral, informando o numero de Policiais, viaturas, motocicletas, aeronaves, e embarcações, só não divulga que todo este recurso humano e material, será retirado das cidades que não usufruí do turismo, deixando a situação deste município pior do que já estava.

O serviço policial, por mais que o profissional esteja acostumado à rotina, necessita de constante expectativa e atenção, pois qualquer descuido pode valer a vida própria ou de terceiros. Uma atitude brusca de um cidadão que passa por uma guarnição PM gera susto e posturas que exigem algum esforço cognitivo – mesmo que apenas seja um despretensioso cumprimento.

Ao mesmo tempo, situações de risco iminente existem, sem falar daquelas em que o policial precisa gerenciar conflitos aparentemente simples, mas que exigem flexibilidade emotiva e poder de convencimento. Ao tentar negociar o término duma briga entre marido e mulher, um pouco da incompreensão existente entre o casal é absorvida pelo policial, o “algodão entre os cristais”.

Junte-se a isso a necessidade de serviços extras, inclusive os informais, os chamados “bicos”, que chegam a ser mais exigentes em carga horária e dedicação do que o serviço das próprias corporações em que os policiais atuam. Para completar os ingredientes da receita, some-se a cobrança dos superiores e da sociedade, a falta de reconhecimento, a injustiça funcional, onde nem sempre os melhores são privilegiados, e a precariedade das condições de trabalho.

O resultado da soma de todos esses fatores, e alguns outros, o senso comum já dizia há muito tempo: estresse. “A profissão policial é uma das mais estressantes que existem!”, ouvimos muito falar. Um estudo relevante vem ratificar este diagnóstico no âmbito das polícias de Santa Catarina, onde foi observado que pelo menos 01 em cada 06 policiais vive em níveis elevados de estresse (à beira da exaustão):

5. PROPOSTA

Sempre que se discute segurança pública e a falta de policiamento as lideranças política, falam em realizar concursos em abrir novas vagas o que é com certeza o termo mais mentiroso, “abrir novas vagas”, quando os concursos realizados não conseguem nem suprir a defasagem dos aposentados ao ano, somando com o tempo que leva para formar um Policial Militar, acaba piorando a situação, mais o governo insiste nesta solução, sempre com o mesmo discurso, estaremos formando X policiais ate tal mês e após iremos abrir mais XX vagas para iniciarem no próximo ano, no caso de Santa Catarina, que ficou três anos sem concurso publico, isto com certeza irá causar um violento desfalque no efetivo.

Os números do último concurso demonstram a falta de interesse ou mesmo de qualificação, já que esta sendo exigido nível superior. Veja as vagas por região e a relação dos aprovados

Região	Vagas Abertas	Aprovados
1º RPM - Florianópolis	Masculino 178 Feminino 12	Masculino 65 Feminino 8
3ª RPM - Balneário Camboriú	Masculino 202 Feminino 12	Masculino 64 Feminino 4
5ª RPM - Joinville	Masculino 188 Feminino 12	Masculino 83 Feminino 7

Figura 12: Resultado do ultimo Concurso Publico para Policia Militar de Santa Catarina

Os exemplos deste apresentado ocorreram o mesmo fato, nas outras regiões, não se conseguiu preencher o numero de vagas, sendo necessária uma segunda chamada, onde desconheço qual critério foi usado.

A vista desses problemas, a sociedade civil sempre apoiou e contribuiu para auxiliar as forças de segurança. Foram criados diversos CONSEG's – “CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA” que são grupos de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais, que desempenham papel fundamental hoje na sociedade e

foram providencias, dos recursos públicos e privados para auxiliar a combater a criminalidade.

A proposta é bastante simples que é de colocar os Policiais já formados, que estão a disposição dos órgãos governamentais e políticos, e o efetivo empregado no expediente dos quartéis, com funções burocráticas, sendo a maioria oficiais, que pelo custo de formação e salários deveriam estar a frente das atividades operacionais, abrindo assim funções administrativa que não necessitaram de formação específica para atuarem, afinal colocar um policial que passou de 08 meses a 01 ano em curso necessitando ter nível superior e oficiais que passam 02 anos em cursos necessitando ter nível superior na área de Direito, para passar o dia em uma sala realizando serviço que muitas vezes um estagiário pode realizá-lo, se existe necessidade de segurança em órgão publico, pode se contratar firmas terceirizadas, que dispões de pessoal qualificado para atuar nesta área, sem grande custo ou desvio de função de funcionário públicos, destinado a dar segurança a população em geral, não a certo grupo.

Outro caso que vem trazendo um clima de insatisfação entre a Policia Civil e Militar e o chamado por alguns Delegados a usurpação de função, motivo que a Policia Militar passou a realizar serviço, que antes era restrito a Policia Civil, chamado o Termo Circunstanciado, onde a Policia Militar, realiza o registro do ocorrido no local da ocorrência, inclusive marcando audiência no fórum, para os envolvidos, tudo em prol ao bom atendimento a população, o que não esta se levando em conta que a demora no atendimento das ocorrência que era entre 00:20 a 00:30 minutos, passou para quase 02:00 horas, resultando em mais demora no atendimento e novas ocorrências, joga-se o problema de uma lado para o outro, mais não chega a um resultado satisfatório, que será alcançado com uma imediata reposição de todos os Policiais na sua devidas funções.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo neste projeto é para voltar à atenção do numero dos policiais militares, realizando tarefas alheio a sua profissão, meta, missão ou outras formas que servem para indicar a sua verdadeira função, temos de um lado os praças que recebem gratificações, para exercerem estas atividades, que acaba servindo de motivo para se calar e de outros Oficiais, que preferem a ocupação em uma cadeira em uma escrivaninha, do que se sentar em um banco de uma viatura, combatendo a criminalidade, pouco foi acrescentado em números e índice, pois tais informações, não são repassadas dentro da corporação e o que se tem são as notas transmitidas pela mídia, a qual mais chamou a atenção foi a noticia que o atual governador pretende transferir os Policiais Militares de gabinetes para rua, sendo que oficiais comparam a determinação do governador com “areia movediça”. E lembram que governos anteriores tentaram, mas não conseguiram, demonstrando a total falta de comprometimento com que foi jurado, quando em suas formaturas, mais o caminho é este, temos um numero de Policiais Militares, preparados para atuarem nas ruas, sendo mal utilizados ou de forma inadequada.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Polícia Militar Santa Catarina

Disponível em: www.pm.sc.gov.br/

APRASC

Disponível em <http://www.aprasc.org.br/>

Deputado Estadual Sargento Soares

Disponível em <http://www.sargentosoares.com.br/>

SOS Segurança Pública

Disponível em: <http://www.sos-seguranca.blogspot.com/>

ND Online

Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/>

Clic RBS

Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/>

JUS Navigandi

Disponível em: <http://jus.com.br/>

Blog Adrian Marchi

Disponível em: <http://adrianmarchi.blogspot.com>

Jornal Metropolitano

Disponível em: <http://www.metropolitanosc.com.br/>

Diário do Sul

Disponível em: <http://www.diariodosul.com.br/>